

# Estabelecendo uma Agenda Positiva

Rogério Mori(\*)

Em meio a uma grave crise política, o Governo Federal tenta criar as bases para uma agenda econômica positiva, como um claro contraponto em relação às críticas que vem sofrendo. Nesse contexto, o Governo já anunciou um conjunto de medidas de cunho tributário que visa atender o empresariado (MP do Bem), com estimativas de perda de arrecadação de R\$ 4,8 bilhões até o final do ano que vem. A decisão de manutenção da meta da taxa básica de juros (Selic) inalterada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, coerente com o cenário de inflação em queda e economia estagnada, não ajudou, mas, pelo menos, não atrapalhou o esforço da criação de uma agenda econômica positiva por parte do Governo neste momento.



Em face dessas ações em um contexto de turbulência política, a pergunta relevante que surge é: a agenda positiva se tornará uma agenda populista do ponto de vista econômico em um quadro de agravamento da crise política? Esse populismo poderia vir na forma de aumento de gastos públicos, ampliação da renúncia fiscal e dos subsídios ou em reduções irresponsáveis da taxa de juros. Até o momento, o Governo não tem dado mostras de que embarcará em uma linha de populismo econômico. Ao contrário, o próprio Presidente da República tem reforçado de forma consistente sua postura de manutenção de austeridade fiscal ao longo do seu mandato, mostrando um firme comprometimento com as diretrizes econômicas básicas assumidas desde o início do Governo. Tal compromisso também parece valer para a política monetária e é difícil imaginar que o Banco Central pratique populismo com a taxa de juros mais adiante.

Descartar medidas popu-

listas, no entanto, não implica necessariamente que o Governo tenha de carecer de uma ousadia saudável e de maior arrojo na construção de uma agenda econômica positiva neste momento. Ao contrário, esses elementos, conjugados a uma reafirmação com os compromissos econômicos estabelecidos, poderiam atuar favoravelmente do lado do Governo e contar pontos positivos junto à opinião pública. Nesse sentido, a discussão de um novo aperto fiscal, de qualidade distinta dos praticados até agora, encaixa-se perfeitamente nessa situação. O ajuste fiscal promovido desde 1998 foi realizado, em grande medida, com o aumento de carga tributária, via aumentos de impostos e contribuições. A estratégia de ajuste adotada no Governo anterior foi seguida pelo atual, que promoveu novos aumentos, principalmente do lado das contribuições federais. A adoção de metas nominais, com vistas a zerar o déficit nominal do setor público em alguns anos em conjunto com o estabelecimento de um cronograma de redução das despesas de custeio da máquina pública seria mais do que bem vinda nesse momento e reforçaria a percepção de uma mudança qualitativa na condução da política econômica. Adicionalmente, um processo consistente de redução do gasto público proporcionaria maiores graus de liberdade para a política monetária no médio prazo e permitiria níveis mais baixos da taxa de juros, proporcionando maior espaço para o crescimento do lado do setor privado da economia.

Sem dúvida uma ação nesse sentido seria mais do que bem vista não apenas pela comunidade econômica, financeira e empresarial nacional, mas também estrangeira e poderia contribuir enormemente para atenuar os efeitos da grave crise política pela qual atravessa o Governo neste momento.

(\*) Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada da FGV/EESP